

DOCUMENTAÇÃO

O enigma da tolerância intolerante

Em nome da tolerância, alguns governos ocidentais actuam de modo intolerante contra grupos que mantêm posições diferentes do “politicamente correcto” do momento. A crença na verdade é considerada perigosa, enquanto a imposição do relativismo é apresentada como um bem. O sociólogo Michael Casey, professor da The University of Notre Dame Australia, explica como se chegou a esta situação (a entrevista foi publicada originalmente em “MercatorNet.com”).

O chamado Estado “neutral” aprova certos valores e proíbe outros, consoante estejam de acordo ou não com os requisitos exigidos pela moda da tolerância.

– Qual é o sentido genuíno da tolerância e a que se refere quando fala da “tolerância intolerante”?

– Originalmente, a tolerância era uma prática ao serviço da convivência nas sociedades pluralistas; uma forma de conviver e de respeitar a liberdade dos outros. Mas agora converteu-se num valor absoluto; talvez o valor por excelência no Ocidente.

O problema é quando, para criar uma sociedade tolerante, as democracias recorrem cada vez mais à intolerância. Uma boa sociedade deve proteger-se e às minorias mais vulneráveis contra os grupos que se negam a respeitar os direitos de outras pessoas. Mas a “tolerância intolerante” de que falo, dirige-se contra grupos que, eles sim, respeitam os direitos e as liberdades dos outros.

Admitir que a verdade existe, embora os caminhos para chegar a ela sejam diversos, constitui um fundamento mais sólido para a convivência.

Isto acontece, por exemplo, quando se rotula de “intolerantes” os cristãos por manterem distinções legítimas entre casais que podem considerar-se fruto do casamento e os que não o são; ou quando querem dar preferência no acesso a determinados postos de trabalho àqueles que partilham a sua fé; ou quando defendem os direitos dos não nascidos e dos deficientes.

No seu sentido genuíno, a intolerância seria negar-se a respeitar os direitos de outras pessoas, mas agora alargou-se a algo que de nenhuma forma é intolerância: o direito a negar considerar como boas escolhas aquelas com que não se está de acordo. A “tolerância intolerante” pretende obrigar, em

nome da tolerância, a admitir como bons, valores e práticas com que se discorda.

Respeitar a liberdade de todos

– Quando se forjou o conceito de tolerância? Quem considera como sendo o ponto de referência da tolerância na história do Ocidente?

– A fonte mais antiga e importante é o escritor latino Lactânio (240-320 d.C.), membro do séquito de Constantino. Influuiu decisivamente na sua concepção da tolerância quando este último veio a ser imperador.

A obra fundamental de Lactânio, “Institutiones divinae”, contém o que possivelmente será a primeira teoria articulada da tolerância religiosa. Para Lactânio, a devoção religiosa só é autêntica se praticada com liberdade. A coerção em questões de fé contradiz a própria natureza da crença religiosa. Se existe um castigo por se seguir uma religião falsa, somente Deus pode impô-lo. Em resumo, o respeito pela religião exige respeito pela liberdade.

O tratado contemporâneo mais importante sobre a tolerância é de John Rawls (1921-2002), da Universidade de Harvard. Segundo Rawls, o Estado deve ser “neutral” perante as diversas concepções do bem que os cidadãos defendem; tem de se limitar a criar um quadro político garantindo uma igualdade de liberdade e de justiça onde todos possam viver as suas próprias crenças.

Embora a ideia ressoe bem, alcançar esta meta – sobretudo nos grupos que partem com desvantagem – torna inevitável que o Estado vigie a sociedade cada vez mais de perto. A sua lógica é que as crenças que “discriminam” são intolerantes, porque, quando são levadas à prática, violam os direitos dos outros. Daí que, para salvaguardar a sociedade tolerante, seja preciso restringir a liberdade dos que têm crenças “discriminatórias”.

O curioso do assunto é que o chamado Estado “neutral” acaba por aprovar alguns valores e proibir outros, consoante estejam ou não de acordo com os requisitos de moda da tolerância. Actualmente, estes requisitos levam com demasiada frequência a concluir que os cristãos coerentes são pessoas intolerantes.

Se compararmos a concepção da tolerância de Lactâncio com a de Rawls, observamos uma diferença importante: enquanto que a visão de Lactâncio tem o seu princípio e o seu fim no respeito pela liberdade, a de Rawls funciona como um meio para conseguir uma visão concreta da sociedade boa ou justa. Mas a intolerância surge precisamente quando se coloca ao serviço de um projecto particular.

O mito do Estado neutral

– A filosofia característica da nossa época é o relativismo. Como afecta ele o conceito de tolerância?

– O relativismo parece considerar que a tolerância é fundamental. Se não existem valores nem melhores nem piores do que outros, e se a verdade (e, portanto, o juízo entre valores) é inalcançável, a tolerância converte-se na única base para a vida social e política.

Mas estes são esteios muito débeis para sustentar uma vida em comunidade. A suspeita que parece estar subjacente é que se cada um insistir na verdade das suas próprias convicções, acabaremos por nos atacar uns aos outros de forma a tentarmos impor os nossos valores sobrepondo-os aos dos outros.

Perante este panorama, a tolerância converte-se num dogma de fé acima de todos os outros valores. Para se garantir a harmonia social – argumenta-se – todos devemos acreditar nisto e, se necessário, tal deve ser imposto, tarefa que cabe ao Estado.

O relativismo reforça assim o mito de que, numa sociedade tolerante, o Estado é neutral perante diferentes valores. Mas a realidade é que ninguém vive de maneira neutral.

Quando o relativismo é aquilo que dá forma à vida moral da sociedade, qualquer actividade consentida entre adultos que não viola a lei converte-se num “direito” a que ninguém tem a possibilidade de se opor. E isso independentemente dos efeitos nocivos que possa ter nos indivíduos e igualmente na comunidade.

Não há verdadeira neutralidade quando o bem não pode ser preferido ao mal. Se queremos uma sociedade realmente tolerante, necessitamos que a sua base seja a verdade, não o relativismo.

Uma paixão partilhada

– Mas acreditar na verdade, não leva necessariamente a discriminar aqueles que não aceitam a “nossa verdade”?

– Esta abordagem explica as razões porque o relativismo é considerado por vezes como a única forma de filosofia moral segura para uma democracia. Dada a pluralidade de visões do mundo, por um lado, e a firme insistência em defender a nossa, por outro, a verdade parece não só inverosímil, como igualmente tirânica.

Vistas assim as coisas, tende-se a pensar que quando a verdade prevalece, as possibilidades de conhecimento, a liberdade e a autonomia se reduzem. As ideias sobre o bom e o mau, o verdadeiro e o falso, causam então divisão e intolerância.

Mas esta não é a única interpretação possível. Poderíamos escolher outro caminho: abandonar a insistência obstinada de que não existe algo como a verdade, ou de que é perigosa; admitir que talvez exista a verdade e que é possível aceder a ela; e que, de facto, todos a procuramos, com maior ou menor acerto.

Admitir a possibilidade da verdade, e que todos nós partilhamos o desejo de a encontrar e de viver sob a sua luz, altera a situação por completo. Não se renuncia à diversidade, à discrepância, ao cepticismo e à controvérsia, mas agora integram-se num caminho comum. Isto faz com que a confiança, a abertura e o respeito pelos outros – no quadro dos nossos diferentes compromissos morais – sejam simultaneamente mais firmes e mais fáceis. E é isto que realmente significa a tolerância.

A verdade não é uma resposta dentro de uma caixa, e muito menos um garrote. É o desenvolvimento da realidade na qual cada um de nós se encontra. Para onde queiramos que a nossa busca da verdade nos leve, a aceitação comum de que a verdade é o que todos estamos a procurar, muda as regras do jogo. Tira-nos do beco sem saída da “tolerância intolerante”.

Quando o Estado decide

– Um elemento chave da sua crítica é o “decisionismo”. A que se refere com esta expressão? Como degrada ele a tolerância?

– O “decisionismo” é uma palavra feia para expressar uma ideia empobrecida da autoridade. Na sua formulação mais simples significa que, perante a ausência de verdade, a autoridade deriva somente da decisão de afirmar um conjunto de valores sobre todos os outros. Concorda com o relativismo ao não admitir valores que sejam universalmente verdadeiros, mas rejeita a sua conclusão de que então todos são equivalentes. O decisionismo é uma “solução” para o relativismo; pressupõe tomar partido e decidir – substituindo assim a verdade por um acto da vontade – para justificar que certos valores são superiores a outros.

Na formulação adoptada por muitos governos ocidentais, o “decisionismo” pressupõe que a decisão de optar por determinados valores sobre outros é deixada nas mãos das maiorias parlamentares. Sempre que se respeite o procedimento correspondente, a decisão aprovada torna-se vinculativa.

Depois poder-se-á revestir com uma roupagem jurídica e mesmo moral. Mas a decisão é o que conta e, até certo ponto, o que determina aquilo que é “justo” e “verdadeiro” em cada caso particular. À falta de uma verdade, é o êxito do

procedimento – e a sua capacidade para resolver controvérsias – o que legitima a decisão.

Consequentemente, se um grupo de cidadãos – por exemplo, os cristãos – continuar a contestar certas decisões alegando que actuam em defesa da dignidade, da liberdade, da vida humana desde a concepção até à morte natural, do casamento e da família natural, da liberdade religiosa, da consciência... deve-se actuar contra eles para fazer cumprir o que a “sociedade tolerante” exige.

A solidariedade, fonte de tolerância

– Como podemos escapar da “tolerância intolerante”?

– Quando a tolerância acaba por tratar como intolerantes os cidadãos que eles, sim, respeitam e defendem os direitos e as liberdades dos outros, é preciso que nos interroguemos em que aspectos nos estamos a enganar e voltar a assentar as bases. Acho que uma forma de o fazer é ancorar a tolerância na solidariedade.

Tal como tem sido praticada, a tolerância converte as discrepâncias em diferenças irreconciliáveis. Não há entendimento moral possível, e até a ideia de uma natureza humana comum é discutida. A única forma de resolver os conflitos de valores seria através da afirmação da vontade.

Esta tolerância relativista favorece a suspeita e a desconfiança entre os cidadãos. Fomenta a dureza e a presunção de se querer impor as ideias próprias às outras pessoas, até com hostilidade. As pessoas acabam por viver entrincheiradas com as que pensam de modo semelhante, ou para se “defenderem”, ou para “atacarem”.

A solidariedade corrige esta situação. Contra o relativismo, propõe o ideal da tolerância na verdade; admitir a possibilidade de que a verdade existe, mesmo que os caminhos para chegar até ela sejam diversos, constitui um fundamento mais sólido para a convivência.

Por outro lado, a solidariedade assume que pertencemos a uma só família humana. E como numa boa família, não nos limitamos a suportar-nos de má vontade ou ressentidos; procuramos enriquecer-nos com as diferenças dos outros.

A solidariedade trata os seres humanos não como átomos independentes, mas como pessoas que dependem umas das outras para a sua realização. Somos autónomos, mas a nossa autonomia é modelada pela reciprocidade; pela nossa capacidade em assumir livremente responsabilidades para com os outros, não apenas para conosco.

Se a “tolerância intolerante” trouxe consigo a presunção de que o discordante é um inimigo, a solidariedade favorece a presunção de que o discordante pode vir a ser um amigo.

M. C.